

CONCESSIONÁRIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO
DO DISTRITO FEDERAL S.A. - CENTRAD

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

CONCESSIONÁRIA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL S.A. -
CENTRAD

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do passivo a descoberto

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em razão do desequilíbrio contratual gerado por modificações unilaterais de escopo do Contrato de Concessão impostas pelo Poder Concedente, bem como pela contínua manutenção da situação de inadimplência nas diversas frentes em que se encontra o Poder Concedente em relação a esse contrato, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 2.445.400 mil (R\$ 1.982.821 mil em 2023), apurou prejuízo líquido do exercício no montante de R\$ 415.519 mil (R\$ 409.802 mil em 2023) e apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 2.649.024 mil (R\$ 2.235.957 mil em 2023). De acordo com a Nota Explicativa nº 1, em 04 de maio de 2022, a Companhia tomou conhecimento da anulação do Contrato de Concessão e a partir da referida data a posse do CADF foi revertida à Administração do Distrito Federal, além disso, atualmente existem negociações e processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, Governo do Distrito Federal e Financiadores do contrato que discutem a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Ênfases

Realização do ativo financeiro da concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativa nº 1(b) e 8, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado, de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, ativo financeiro da concessão no montante de R\$ 1.141.763 mil. Contudo, em função dos aspectos já mencionados no parágrafo acima “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, a realização do ativo financeiro da concessão registrado nas demonstrações financeiras da CENTRAD, depende dos desdobramentos e da conclusão dos referidos processos e negociações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contrato de concessão com o poder concedente

Conforme Nota Explicativa nº 1, em 04 de maio de 2022, a Companhia tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da Concorrência n 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento. A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da Companhia, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Companhia reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão. Chamamos a atenção a esta divulgação considerando que o resultado destes processos e negociações em curso podem causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2025.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Balço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e Passivo a descoberto	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	90	84	Financiamentos	9	1.940.717	1.542.473
Estoques	7	738	4.297	Debêntures	10	502.938	442.015
Impostos a recuperar		93	1	Fornecedores		1.461	1.469
Outros ativos		28	15	Impostos, taxas e contribuições		855	897
		<u>949</u>	<u>4.397</u>	Outras contas a pagar		<u>378</u>	<u>364</u>
						<u>2.446.349</u>	<u>1.987.218</u>
Não circulante				Não circulante			
Bloqueios judiciais		7	7	Financiamentos	9	781.855	832.496
Ativo financeiro da concessão	8	<u>1.141.763</u>	<u>1.141.763</u>	Tributos sobre contraprestação	11(a)	165.873	166.002
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(b)	381.053	381.053
		<u>1.141.770</u>	<u>1.141.770</u>	Sociedade do grupo Novonor	12	<u>16.613</u>	<u>15.355</u>
						<u>1.345.394</u>	<u>1.394.906</u>
				Passivo a descoberto	13		
				Capital social		209.698	207.246
				Prejuízos acumulados		<u>(2.858.722)</u>	<u>(2.443.203)</u>
						<u>(2.649.024)</u>	<u>(2.235.957)</u>
Total do ativo		<u>1.142.719</u>	<u>1.146.167</u>	Total do passivo e passivo a descoberto		<u>1.142.719</u>	<u>1.146.167</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Operações continuadas			
Despesas comerciais	14		(39.025)
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(3.895)</u>	<u>(360)</u>
Prejuízo operacional		(3.895)	(39.385)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	16	<u>(411.534)</u>	<u>(370.417)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(415.429)	(409.802)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	11(c)	<u>(90)</u>	
Prejuízo líquido do exercício		<u>(415.519)</u>	<u>(409.802)</u>
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)	17	<u>(1,98)</u>	<u>(1,98)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Demonstração das mutações do passivo a descoberto Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023		207.246	(2.033.401)	(1.826.155)
Prejuízo do exercício			(409.802)	(409.802)
Em 31 de dezembro de 2023		<u>207.246</u>	<u>(2.443.203)</u>	<u>(2.235.957)</u>
Prejuízo do exercício			(415.519)	(415.519)
Aumento de capital	13(a)	2.452		2.452
Em 31 de dezembro de 2024		<u><u>209.698</u></u>	<u><u>(2.858.722)</u></u>	<u><u>(2.649.024)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(415.429)	(409.802)
Ajustes:			
Juros sobre financiamento e amortização dos custos de transação	9(c)	350.552	314.974
Juros sobre debêntures e amortização dos custos de transação	10(b)	61.416	55.376
Provisão para perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	14		39.025
		(3.461)	(427)
Variação nos ativos e passivos:			
Estoques		3.559	
Impostos a recuperar		(92)	2
Outros ativos		(13)	(3)
Fornecedores		(8)	133
Obrigações sociais e trabalhistas			(50)
Tributos sobre contraprestação		(129)	(148)
Impostos, taxas e contribuições		(132)	(50)
Outras contas a pagar		14	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(262)	(543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes Relacionadas			
Recursos recebidos	12	242	539
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	26	1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		268	540
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		6	(3)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		84	87
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		90	84

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. – CENTRAD (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Distrito Federal, constituída em 6 de fevereiro de 2009, tendo como objeto social a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo do Distrito Federal (“CADF”), na forma de Edital de Concorrência de Parceria Público-Privada (“PPP”) n. 01/2008 e do Contrato de Concessão Administrativa assinado com o Governo do Distrito Federal (“GDF”).

A Companhia é controlada diretamente pela CENTRAD Holding S.A. e controlada em conjunto indiretamente pela Via Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial (“VIA”) e NP Centro Administrativo S.A. – em Recuperação Judicial (“NP Centrad”), sendo a NP Centrad controlada indireta da Novonor S.A. – em Recuperação Judicial (“Novonor”).

Em 8 de abril de 2009, foi firmado contrato de concessão entre a então Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal, hoje Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, e a CENTRAD, mediante licitação pública regida pelo Edital de concorrência nº 01/2008, cujo objeto era a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo a ser utilizado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes da estrutura administrativa do GDF.

Em 31 de março de 2022, diante do profundo desequilíbrio da concessão ocasionado pela inadimplência do Poder Concedente, que resultou em impactos materiais na capacidade financeira da Companhia, as acionistas controladoras aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a tomada de todos os atos necessários à extinção do Contrato de Concessão, em especial o ajuizamento de eventuais ações visando o pagamento de possíveis indenizações e/ou ressarcimentos dos custos incorridos pela CENTRAD na realização do Projeto PPP/CADF – custos de obra e demais custos administrativos e de gerenciamento do empreendimento, bem como pagamentos decorrentes de eventuais obrigações que a Companhia entenda de responsabilidade do Poder Concedente, à luz do contrato firmado para a realização do empreendimento CADF (“Ação Judicial de Rescisão da PPP”).

Após o ajuizamento da Ação Judicial de Rescisão da PPP, a Companhia tomou conhecimento, por meio de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, datada de 13 de abril de 2022, do despacho de lavra do Governador do Distrito Federal determinando a anulação da Concorrência nº 01/2008-CODEPLAN e do Contrato de PPP decorrente do certame.

A CENTRAD discordou da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, o que foi objeto dos devidos questionamentos por meio de aditamento à Ação Judicial de Rescisão.

Posteriormente, em 04 de maio de 2022, a CENTRAD tomou conhecimento, por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, Termo de Anulação da concorrência n. 01/2008-Codeplan e do Contrato de PPP dela decorrente. A partir da referida data, a posse do CADF foi revertida à administração do Distrito Federal, passando a ser de sua exclusiva responsabilidade a guarda, manutenção e operação do Empreendimento.

As condições de entrega constaram de laudo elaborado por perito independente, devidamente entregue ao Distrito Federal por meio da Notificação, protocolizada perante a Secretaria da Casa Civil do ente distrital sob o nº SEI-GDF nº 00002-00002111/2022-18, em 22 de abril de 2022.

A transferência da posse, bem como da responsabilidade pela guarda, manutenção e operação do CADF à administração do Distrito Federal não implica em aceite ou concordância, por parte da CENTRAD, acerca da qualificação jurídica empregada pelo Poder Concedente para extinção do Contrato de PPP, tendo a Concessionária reservado o seu direito de buscar a revisão, anulação ou alteração do referido ato administrativo pelos meios que entender cabíveis, bem como quaisquer outros direitos relacionados ao Contrato em questão.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Perspectivas econômicas e financeiras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 2.445.400 (2023 - R\$ 1.982.821), com passivo a descoberto no montante de R\$ 2.649.024 (2023 – R\$ 2.235.957) e prejuízo de R\$ 415.519 (2023 – R\$ 409.802), em função do cenário de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de PPP. A Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte. A construção dessa solução se dará, obrigatoriamente, com a participação dos três entes envolvidos, considerando que a situação apresentada é devido à ausência de pagamentos pelo Poder Concedente.

b) Ativo financeiro da concessão

O contrato de PPP celebrado entre a Companhia e o GDF prevê receitas de contraprestação fixa, destinada à amortização dos investimentos realizados na implantação do CADF, razão pela qual, ao longo do período de construção, a Companhia reconheceu ativo financeiro da concessão em contrapartida da receita de construção do projeto. O ativo financeiro é mensurado com base no custo amortizado, tendo sido atualizado mensalmente pela taxa de juros efetiva identificada nos fluxos de caixa previstos no contrato de concessão.

Diante do cenário descrito na Nota 1, e nada obstante a CENTRAD segue buscando a solução negociada das controvérsias que cercam o CADF, a Administração suspendeu o reconhecimento da receita de atualização do ativo financeiro, bem como reavaliou a expectativa de realização do saldo do ativo financeiro.

c) Acordo Global da Novonor com as autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo Global com o Ministério Público Federal (MPF), autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da controlada indireta Braskem.

Em 9 de julho de 2018, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, celebrou Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União (“AGU”) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, referendado, de forma unânime, pelo plenário do Tribunal de Contas da União (“TCU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro e pelo qual se comprometeu a pagar o valor total de R\$ 2.727 milhões, que deverá ser abatido dos R\$ 3.828 milhões ajustados no Acordo de Leniência firmado com o MPF.

d) Recuperação judicial de determinadas empresas do Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a controladora em conjunto da Companhia, Novonor Properties Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Investimentos”) e Novonor, a Novonor Properties Parcerias S.A. – Em Recuperação Judicial (“NP Parcerias”), NP Centrad, juntamente com outras empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Em 22 de abril de 2020, o Plano de Recuperação Judicial da Novonor e de outras 11 empresas controladas ou controladoras, incluindo a NP Investimentos, foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. Em 3 de agosto de 2020, o referido Plano de Recuperação Judicial foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Recuperação judicial do Grupo VIA

A VIA passou por processo de recuperação judicial como parte de sua estratégia de reestruturação financeira. Em 2024, o processo de recuperação judicial foi oficialmente encerrado, após o cumprimento das obrigações previstas no plano.

Durante todo o período, a Companhia manteve suas operações normalmente, demonstrando solidez, compromisso com a continuidade dos negócios e gestão responsável.

f) Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 10 de junho de 2025.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros

2.3.1. Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR):

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Passivos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de *hedge*. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

2.4. Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro da concessão é representado pelo direito a faturar do contrato de PPP com o GDF, por intermédio da Secretaria do Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos (Nota 1), reconhecido pelo fato da Companhia possuir um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente pelos serviços de construção, operação e manutenção do Centro Administrativo pelo período de 21 anos, contados a partir da entrega primeira fase da infraestrutura. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

2.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo e o método de avaliação é o da média móvel ponderada. Os saldos contemplam os materiais destinados à construção e manutenção e inclui adiantamento a fornecedores.

2.6. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de financiamentos e debêntures, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

2.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas nominais desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 11 (c)).

2.9. Tributos sobre contraprestação

Os tributos sobre a contraprestação contemplam o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ("ISS") às respectivas alíquotas 0,65%, 3% e 2%. Eram calculados com base na receita de construção e atualização do ativo financeiro.

2.10. Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida junto à Vexty, entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar.

2.11. Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia e a controlada apresenta receita de caráter financeiro referente, a rendimentos de aplicações financeiras e outras receitas não operacionais (Nota 16).

2.12. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (Nota 17).

2.13. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2023, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, conforme abaixo:

i) Novas normas e interpretações adotadas no exercício corrente

As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024:

- Arranjos financeiros de fornecedores (alterações ao CPC40/IFRS7 e CPC03/IAS7);
- Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC26(R1) /IAS1);
- Passivos não circulantes com cláusulas de *covenants* (alterações ao CPC26/IAS1);
- Passivo de arrendamento em uma transação de *sale and leaseback* (Alterações ao CPC 06/IFRS16).

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

ii) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

- Ausência de permutabilidade de moedas (alterações ao CPC 02/ IAS21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza (alterações ao CPC 48 e CPC 40 / IFRS7 e IFRS9);
- Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (Nova norma - IFRS18);
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (Nova norma – IFRS 19).

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é possível que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa questão for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

(b) Perda Esperada de Crédito de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. A provisão para perda de crédito esperadas sobre o ativo financeiro da concessão está divulgada na Nota 8.

(c) Passivo contingente

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro da concessão, contas a pagar a fornecedores, financiamentos e debêntures e mútuos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Assim, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (taxa de juros), de liquidez e de crédito.

(a) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(b) Risco com taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre do risco de realização do ativo financeiro da concessão e operações bancárias.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações, internas ou externas, de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superiores ao já provisionados.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e debêntures subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Nota	2024	2023
Total de financiamentos	9	2.722.572	2.374.969
Total de debêntures	10	502.938	442.015
Caixa e equivalente de caixa	6	(90)	(84)
Dívida líquida		<u>3.225.420</u>	<u>2.816.900</u>
Total do passivo e passivo a descoberto		<u>(2.649.024)</u>	<u>(2.235.957)</u>
Total do capital		<u>576.396</u>	<u>580.943</u>
Índice de alavancagem financeira - %		<u>n/a</u>	<u>n/a</u>

(*) N/A - Não aplicável, dado a situação financeira da Companhia decorrente do desequilíbrio da concessão, conforme mencionado na nota 1.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

Mensurados ao custo amortizado	Nota	2024	2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	90	84
Ativo financeiro da concessão	8	1.141.763	1.141.763
		<u>1.141.853</u>	<u>1.141.847</u>
Mensurados ao custo amortizado			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Financiamentos	9	2.722.572	2.374.969
Debêntures	10	502.938	442.015
Fornecedores e outras contas a pagar		16.972	13.524
Mútuos		1.480	1.238
		<u>3.243.962</u>	<u>2.831.746</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Aplicação financeira	<u>90</u>	<u>84</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras tiveram rentabilidade média de 9,38% do CDI a.a. (2023 – 11,54% a.a.).

7. Estoques

	2024	2023
Materiais para fachada e piso	738	738
Adiantamento a fornecedores para estoque (i)		3.559
	<u>738</u>	<u>4.297</u>

(i) Nos exercícios de 2013 e 2014 a Companhia fez adiantamentos para a empresa Modulo Consultoria e Gerência Predial Ltda, no valor total de R\$ 3.559. No entanto parte desse valor não foi utilizado, e a Companhia procedeu com a baixa do montante.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao direito de faturar o Poder Concedente pelo Contrato de PPP com o GDF (Nota 1 (b)).

(i) Composição

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Setor público		
Direitos a faturar (i)	2.910.351	2.910.351
Faturas emitidas ao Poder Concedente - Serviços de construção (ii)	<u>39.025</u>	<u>39.025</u>
PECLD (iii)	<u>(1.807.613)</u>	<u>(1.807.613)</u>
Ativo não circulante	<u><u>1.141.763</u></u>	<u><u>1.141.763</u></u>

- (i) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo total incorrido, acrescido de margem de construção.
- (ii) Saldo do contas a receber, referente às notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude da evolução física da construção e entrega parcial do CADF.
- (iii) O ajuste da perda esperada é uma estimativa contábil, e não anula o fato que a Administração segue com seus pleitos em andamento junto ao poder concedente para realização do ativo financeiro.

9. Financiamentos

Composição

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa Econômica Federal	<u>2.722.572</u>	<u>2.374.969</u>
Passivo circulante	<u>1.940.717</u>	<u>1.542.473</u>
Passivo não circulante	<u><u>781.855</u></u>	<u><u>832.496</u></u>

Em 28 de junho de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento no montante total de R\$ 604.084 com a finalidade de construção do CADF. A liberação dos recursos foi realizada mediante a solicitação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, parcelas do circulante encontravam-se inadimplidas em função do desequilíbrio do Contrato de PPP e da ausência de pagamentos pelo Poder Concedente, e contabilmente registradas conforme suas cláusulas contratuais. Conforme mencionado na Nota 1(a) a Administração, o Poder Concedente e os financiadores negociam a melhor forma de equacionar os direitos e deveres de parte a parte.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Prazo de vencimento

O montante das operações de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2024	2023
2025		154.207
2026	154.207	154.207
2027	154.207	154.207
2028	154.207	154.207
2029	154.207	154.207
2030 até 2031	165.027	61.461
	<u>781.855</u>	<u>832.496</u>

(b) Garantias

O financiamento mantido pela Companhia está garantido pela Cessão Fiduciária dos seus direitos e créditos e o penhor da totalidade das ações representativas do capital social de titularidade da Acionista.

(c) Movimentação

	Nota	2024	2023
Saldo inicial		2.374.969	2.061.961
Juros provisionados	16	349.910	314.308
Juros pagos		(2.949)	(1.966)
Amortização do custo de transação	16	642	666
Saldo em 31 de dezembro		<u>2.722.572</u>	<u>2.374.969</u>

Em 26 de dezembro de 2023, a NP Parcerias realizou, na figura de garantidor, com excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no montante de R\$ 1.966 referente ao financiamento junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"). Em 02 de dezembro de 2024 foi pago o montante de R\$ 2.949.

10. Debêntures

(a) Composição

	Valor unitário	Qtde	2024	2023
1ª série	100	500	249.618	220.416
2ª série	100	500	253.320	221.599
			<u>502.938</u>	<u>442.015</u>

A Companhia realizou, em 11 de julho de 2013, a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo a primeira e a segunda séries subscritas e integralizadas na mesma data.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 24 de abril de 2019, a Companhia foi notificada do vencimento das debêntures em 15 de fevereiro de 2018 e 15 de março de 2018 em decorrência do não pagamento de parcela de juros e principal. Conforme mencionado na Nota 1, a solução para os contratos (PPP, Financiamentos e Debêntures) será negociada em conjunto com a Administração, Poder Concedente e os bancos envolvidos.

(b) Movimentação

	Nota	2024	2023
Saldo inicial		442.015	386.968
Juros provisionados	16	61.416	55.376
Juros pagos		(493)	(329)
Saldo em 31 de dezembro		<u>502.938</u>	<u>442.015</u>

Em 26 de dezembro de 2023, a NP Parcerias realizou, na figura de garantidor, com o excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados no Plano de Recuperação Judicial da Companhia no montante de R\$ 329. Em 02 de dezembro de 2024 foi pago o montante de R\$ 493.

11. Tributos sobre contraprestação e IR e CS diferidos

(a) Tributos sobre contraprestação

	2024	2023
ISS	58.207	58.207
PIS	19.173	19.173
COFINS	88.493	88.622
	<u>165.873</u>	<u>166.002</u>

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2024	2023
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Adição do custo de construção (i)	568.464	568.464
Receita de construção e atualização do ativo financeiro (i)	(949.517)	(949.517)
	<u>(381.053)</u>	<u>(381.053)</u>
Ativo fiscal diferido - não circulante	568.464	568.464
Passivo fiscal diferido - não circulante	(949.517)	(949.517)
	<u>(381.053)</u>	<u>(381.053)</u>

(i) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente, que ocorrerá ao longo do contrato de concessão.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos

	2024	2023
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(415.429)	(409.802)
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) - 34%	(141.246)	(139.333)
IRPJ e CSLL diferidos sobre diferença temporária	141.156	139.333
	<u>(90)</u>	
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - corrente	90	
	<u>90</u>	

Os efeitos de diferidos tratam-se diferenças temporárias da Companhia. Tendo em vista a indefinição do Contrato de Concessão/ Recebimentos, parou-se de constituir diferido, não foi revertido nenhum valor até definição deste cenário.

12. Sociedades do grupo

Passivo

Empresa	Natureza	Movimentação			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
NPP (i)	Contas a Pagar	11.691	3.442		15.133
Centrad Holding (ii)	AFAC	2.426	26	(2.452)	
Centrad Holding (iii)	Mútuo	1.238	242		1.480
		<u>15.355</u>	<u>3.710</u>	<u>(2.452)</u>	<u>16.613</u>
Passivo não circulante		<u>15.355</u>			<u>16.613</u>

- (i) Em 2024, a NP Parcerias realizou, na figura de garantidor, com excedente de caixa para distribuição, pagamentos aos credores listados no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no montante de R\$ 3.442, sendo R\$ 2.949 juros de financiamento Caixa Econômica Federal, e R\$ 493 juros debêntures Santander (Notas 9 e 10).
- (ii) No decorrer de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$26 a título de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) da controladora Centrad Holding para pagamento das despesas da Concessionária, e integralizou o capital no montante de R\$ 2.452.
- (iii) A Companhia possui um saldo passivo de R\$ 1.480 (2023 – R\$ 1.238) com a controladora Centrad Holding referente ao contrato de mútuo firmado em 24 de novembro de 2020.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Passivo a Descoberto

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, a composição do capital social é:

Acionista	2024			2023		
	Capital	Ações nominativas	Participação (%)	Capital	Ações nominativas	Participação (%)
Centrad Holding	209.698	209.698.475	100	207.246	207.246.187	100

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia teve o aumento de R\$ 2.452, referente a capitalização de AFAC's, e passou a ser de R\$ 209.698 subscrito e integralizado, sendo representado por 209.698.475 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

14. Despesas comerciais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a estimativa da PECLD e registrou um complemento no montante de R\$ 39.025. Em 31 de dezembro de 2024 não houve complemento da PECLD.

15. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Gastos com pessoal	(2)	(57)
Auditoria, consultoria e assessorias	(124)	(120)
Despesas administrativas (i)	(3.764)	(183)
Outros	(5)	
	<u>(3.895)</u>	<u>(360)</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um aumento expressivo nas despesas gerais e administrativas, passando de R\$ 360 (2023) para R\$ 3.895 (2024). Esse aumento é resultado principalmente da baixa em adiantamento ao fornecedor.

- (i) Em novembro de 2024 a Companhia compensou os adiantamentos em aberto com as respectivas notas fiscais emitidas pelo fornecedor. O estoque adquirido foi consumido no mesmo período, sendo apresentado como despesa na demonstração de resultado no montante de R\$3.559.

Concessionária do Centro Administrativo do Distrito Federal S.A. - CENTRAD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	8	9
Outras Receitas	432	
	<u>440</u>	<u>9</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(349.910)	(314.308)
Juros sobre debêntures	(61.416)	(55.376)
Amortização do custo de transação financiamento	(642)	(666)
Outros	(6)	(76)
	<u>(411.974)</u>	<u>(370.426)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(411.534)</u>	<u>(370.417)</u>

17. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os exercícios findos em:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício atribuível ao acionista da Companhia titular das ações	(415.519)	(409.802)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>209.698</u>	<u>207.246</u>
Prejuízo por ação (em Reais por ação)	<u>(1,98)</u>	<u>(1,98)</u>

18. Contingências

A Companhia possui contingências cíveis decorrentes de processos judiciais para as quais não foram constituídas provisões para perda, pois não acarretará ajustes no resultado da Companhia, visto que o valor já está contemplado no passivo da Companhia perante as partes envolvidas. As ações judiciais foram propostas por Banco Santander (Brasil) S.A e Caixa Econômica Federal.

* * *